

## **PROCESSOS CONTÁBEIS NA GESTÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP)**

 DOI: 10.5281/zenodo.14210742

**Mariana Cipriano Prado**

*Graduanda em Ciências Contábeis (FEF – Fernandópolis, SP).*

**Marinaldo Eloi Junior**

*Graduando em Ciências Contábeis (FEF – Fernandópolis, SP).*

**Vanessa Mazuchi Dos Santos**

*Graduanda em Ciências Contábeis (FEF – Fernandópolis, SP).*

**Profª Me. Daniela Boreli**

*Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil, possui graduação em Ciências Contábeis e pós graduação em Gestão Empresarial e Consultoria pelo Centro Universitário de Jales. Contadora e docente da Fundação Educacional de Fernandópolis, docente na Faculdade Futura de Votuporanga do Grupo Faveni.*

**Profº Me. Rogério de Jesus Ribeiro**

*Mestre em Engenharia de Produção – UNIARA, Graduando em Direito – FEF, Professor Universitário FEF.*

### **RESUMO**

Este artigo propõe-se a investigar o papel das informações contábeis na gestão pública, com foco na relevância do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e suas contribuições. A contabilidade pública desempenha um papel crucial na transparência, accountability e eficiência na administração dos recursos públicos, impactando diretamente a qualidade de vida da população. O MCASP, desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro, estabelece normas e procedimentos contábeis específicos para o setor público, promovendo a padronização e qualidade das informações contábeis. Ao garantir a transparência na gestão pública, o MCASP fortalece a accountability e a participação social, permitindo o controle democrático

sobre os gastos públicos. Além disso, fornece dados precisos e confiáveis que auxiliam os gestores na tomada de decisões estratégicas e na otimização dos recursos públicos. O artigo visa aprofundar o entendimento sobre o papel da contabilidade pública e do MCASP na gestão pública, destacando sua importância para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a garantia do bem-estar da sociedade. O artigo será escrito por meio de pesquisa de revisão bibliográfica, através da análise de doutrinas, livros e artigos pertinentes ao tema escolhido.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Contabilidade Pública. Governança. Direito Público.

## ABSTRACT

This article aims to investigate the role of information in public administration, focusing on the relevance of the Accounting Manual Applied to the Public Sector (MCASP) and its contributions. Public accounting plays a crucial role in transparency, accountability and efficiency in the administration of public resources, directly impacting the population's quality of life. MCASP, developed by the Brazilian Federal Government, establishes specific standards and procedures for the public sector, promoting the recording and quality of information. To ensure transparency in public administration, MCASP strengthens accountability and social participation, allowing democratic control of public expenditure. Furthermore, we provide accurate data and with the confidence that we help managers make strategic decisions and optimize public resources. The article aims to deepen the understanding of the role of public accounting and MCASP in public management, highlighting their importance for promoting socioeconomic development and ensuring the well-being of society. The article will be written through literature review research, through the analysis of documents, books and articles relevant to the chosen topic.

**Keywords:** Public Management. Public accounting. Governance. Public right.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão eficaz dos recursos públicos é essencial para o funcionamento adequado de qualquer entidade governamental. No contexto da administração pública, a contabilidade desempenha um papel fundamental na organização, registro e controle das transações financeiras e patrimoniais. No entanto, para garantir a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão desses recursos, é necessário seguir normas e diretrizes específicas aplicadas ao setor público.

Ainda neste contexto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) surge como uma ferramenta indispensável. O MCASP desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro, estabelece princípios, diretrizes e normas contábeis voltados para o registro e a apresentação das informações financeiras das entidades públicas. Sua importância reside não apenas na padronização, mas também na qualidade e na confiabilidade das informações que proporciona, promovendo a

transparência e a accountability, aspectos fundamentais para a boa governança e o uso responsável dos recursos públicos.

Uma das principais contribuições do MCASP é a promoção da transparência na gestão pública. Ao estabelecer critérios claros para a elaboração das demonstrações contábeis, o manual permite que os cidadãos acompanhem de forma mais precisa e compreensível como os recursos públicos estão sendo arrecadados e aplicados. Isso fortalece a accountability e a participação social, fundamentais para o exercício da cidadania e o controle democrático do Estado.

Além disso, o MCASP contribui para a melhoria da gestão pública ao fornecer informações relevantes para o processo decisório dos gestores. Com dados contábeis atualizados e consistentes, os gestores podem avaliar a situação financeira e patrimonial do órgão ou entidade, identificar áreas de risco e oportunidades de otimização de recursos, e direcionar suas ações de forma mais estratégica e eficiente.

Outro aspecto importante do MCASP é a sua função de promover a convergência das práticas contábeis do setor público brasileiro com os padrões internacionais. Isso facilita a comparabilidade das informações contábeis entre diferentes entidades governamentais e entre países, permitindo uma análise mais ampla e consistente da situação fiscal e financeira.

Em suma, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público desempenha um papel fundamental na promoção da transparência, eficiência e accountability na gestão pública. Sua correta aplicação e atualização constante são essenciais para garantir a qualidade das informações contábeis e fortalecer a governança e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

A contabilidade pública é essencial para promover a eficiência e transparência nos processos governamentais, registrando e controlando todas as transações financeiras do setor público, fornecendo informações precisas para a avaliação do desempenho financeiro, orientando a tomada de decisões informadas pelos gestores, garantindo a transparência na utilização dos recursos públicos e assegurando a conformidade com normas e regulamentos contábeis. Essa função crítica da contabilidade pública contribui para a confiança dos cidadãos na administração pública e fortalece a prestação de contas dos gestores governamentais.

Assim, a contabilidade desempenha um papel fundamental na gestão pública, pois fornece informações financeiras precisas, promovendo a eficiência na utilização de recursos, aumentando a transparência e fortalecendo a prestação de contas dos

gestores governamentais.

A padronização e orientação na contabilidade pública são essenciais para assegurar a transparência, comparabilidade, e consistência das informações financeiras, permitindo uma gestão eficiente dos recursos públicos e a prestação de contas à sociedade.

Portanto, esta pesquisa se propõe a analisar detalhadamente o papel dos processos contábeis na gestão pública, com ênfase na contribuição do MCASP para a governança e a administração pública responsável. Através da análise cuidadosa do MCASP e de sua aplicação prática, é possível compreender melhor os procedimentos contábeis no contexto governamental, mas também refletir sobre como essas práticas podem impactar positivamente a gestão pública, promovendo uma administração mais transparente, eficiente e orientada para resultados.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Apresentar e analisar a importância das informações contábeis na gestão pública, destacando o papel fundamental do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e sua contribuição na administração dos recursos públicos.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Conceituar e definir Contabilidade pública
- Apresentar a evolução da contabilidade pública no Brasil
- Conceituar e definir Gestão Pública
- Conceituar e definir o MCASP
- Apresentar a origem e objetivos do MCASP
- Analisar a estrutura e conteúdo do MCASP
- Demonstrar qual o impacto do MCASP na padronização das práticas contábeis
- Analisar a transparência e Accountability na Gestão Pública
- Demonstrar a contribuição do MCASP para a transparência e accountability
- Demonstrar como o MCASP auxilia na otimização dos recursos públicos.

## 4 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

### 4.1 Contabilidade Pública

A contabilidade pública, também conhecida como contabilidade governamental, é uma área da ciência contábil que utiliza os Princípios Fundamentais de Contabilidade e normas contábeis específicas para registrar e controlar o patrimônio das entidades do setor público (SETEC, 2022).

Kohama (2010, p. 25), considera a Contabilidade Pública como um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias.

Para Araújo e Arruda (2009) a contabilidade pública é uma divisão da contabilidade que está direcionada para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações.

A Contabilidade pública é responsável por gerenciar um grande volume de transações em um país. Em relação aos usuários da Contabilidade Pública, os cidadãos, sejam eles contribuintes ou não, são os destinatários finais das informações contábeis produzidas. Portanto, é crucial garantir que haja atenção para que essas informações sejam compreendidas e acessíveis aos cidadãos (NIYAMA; SILVA, 2013).

No Brasil, a contabilidade pública começou a tomar forma em 17 de março de 1964 quando o então presidente João Goulart colocava em vigor a Lei 4.320/64 que ficou conhecida como Lei de Finanças Públicas e também como: Lei Geral de Orçamentos, Lei da Contabilidade pública ou ainda Lei de Normas Gerais do Direito Financeiro (NEVES, 2019).

O Artigo 1º da referida Lei estabelece:

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

A contabilidade pública emerge como uma parceira da sociedade. Ao estabelecer normas, processos e procedimentos padronizados, juntamente com

requisitos mínimos para sistemas informatizados, ela garante que os recursos sejam utilizados de maneira adequada. Isso, por sua vez, assegura que as necessidades básicas da população sejam atendidas, promovendo, assim, uma melhor qualidade de vida (MOLTER, 2021).

O contador que atua no setor público desempenha um papel fundamental no processo de tomada de decisão dos gestores, bem como no controle externo e social. Ele é o profissional capacitado responsável por reconhecer, mensurar e evidenciar os eventos que impactam a gestão do ente ou órgão público. Por meio das demonstrações contábeis, é possível identificar se há problemas de liquidez que possam afetar o fornecimento de serviços públicos essenciais à sociedade, como saúde, educação e segurança. Além disso, o contador pode fornecer, de forma oportuna, informações para uma tomada de decisão mais eficaz por parte dos gestores públicos, promovendo e garantindo o desenvolvimento sustentável e intergeracional dos entes públicos (MOLTER, 2021).

#### **4.2 Processos Contábeis na Gestão Pública**

Na gestão pública, os processos contábeis desempenham um papel crucial na garantia da transparência, eficiência e responsabilidade na utilização dos recursos financeiros. A contabilidade pública é uma disciplina que abrange a organização, registro e análise das transações financeiras e orçamentárias de entidades governamentais.

Para Ferreira *et al.* (2008, p. 02):

A administração de recursos humanos no setor público possui algumas peculiaridades que são oriundas da própria natureza das organizações que compõem esse setor. Uma organização do setor público difere em muito de uma organização do setor privado. Dentre as divergências entre esses dois tipos de organização se pode citar a finalidade, os meios utilizados para recrutamento, seleção, e contratação, as políticas de remuneração, os métodos de avaliação de desempenho, além de outros. Dessa forma, quando se fala de recursos humanos no setor público se faz necessário atentar para uma realidade diversa daquela já consagrada nas organizações privadas.

A administração pública representa a meticulosa execução do Direito Público. Sob uma ótica institucional, conforme Wilson (1987, citado por SANTOS, 2006), consiste no conjunto de órgãos estabelecidos para alcançar os objetivos

governamentais; funcionalmente, abrange todas as atividades necessárias para a prestação dos serviços públicos em geral; operacionalmente, refere-se ao desempenho contínuo e sistemático, conforme a lei e as práticas técnicas, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em prol da comunidade.

Por meio do Decreto n. 5.378/05, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, que em seu artigo 1º, define como sua finalidade a contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos bem como para o aumento da competitividade do País (BRASIL, 2005).

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, encontram-se expressamente previstos os princípios da eficiência, eficácia e economicidade como valores que a Administração Pública deve observar na aplicação dos recursos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, oralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Os processos contábeis na gestão pública são regidos por normas e regulamentos específicos, que visam assegurar a conformidade com princípios contábeis aplicáveis e proporcionar uma base sólida para a tomada de decisões financeiras. Isso inclui a adoção de padrões contábeis internacionais, como as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), que ajudam a padronizar a apresentação e divulgação das informações contábeis.

Um dos principais aspectos dos processos contábeis na gestão pública é o controle financeiro. Isso envolve a implementação de sistemas e procedimentos robustos para garantir a precisão e integridade dos registros contábeis, bem como a prevenção e detecção de fraudes e irregularidades. A transparência é fundamental, permitindo que os cidadãos e outras partes interessadas tenham acesso às informações financeiras relevantes e compreendam como os recursos públicos estão sendo utilizados (TCU, 2018).

Conforme Martins Junior (2010, p. 23), a transparência “representa um ritual de

passagem de um modelo de administração autoritária e burocrática para uma administração de serviço e participativa”. Nesse contexto, a informação torna-se essencial para uma maior participação na Administração Pública.

Grau et al. (2005, p. 49) destacam que “a verdadeira transparência reside na capacidade da sociedade em obter e interpretar informações completas, oportunas e confiáveis sobre a gestão pública e a conduta dos servidores públicos”, o que resulta na facilitação do acesso a dados que, muitas vezes, são apresentados de forma maquiada e simulada. Nesse sentido, a informação sobre todos os aspectos da Administração Pública é fundamental para a participação efetiva. É um conceito composto pelo princípio da publicidade e pelos subprincípios da motivação e participação popular na gestão administrativa

Além disso, os processos contábeis na gestão pública desempenham um papel importante na elaboração e execução do orçamento. A contabilidade governamental ajuda a monitorar o cumprimento das metas orçamentárias e a avaliar o desempenho financeiro ao longo do tempo. Isso permite que os gestores públicos tomem decisões informadas sobre a alocação de recursos e prioridades de gastos.

Modesto assim define o princípio da eficiência:

[...] a exigência jurídica, imposta aos exercentes de função administrativa, ou simplesmente aos que manipulam recursos públicos vinculados de subvenção ou fomento, de atuação idônea, econômica e satisfatória na realização de finalidades públicas assinaladas por lei, ato ou contrato de direito público (MODESTO, 2001, p. 1).

Por ser um princípio fundamental em toda a administração pública, a eficiência deve impregnar todas as atividades da gestão pública, como destacado por Carneiro e Menicucci (2013, p. 177), ao afirmarem que “[...] a chave para o sucesso de uma reforma na administração pública é aprimorar a capacidade e competência administrativas de um Estado responsivo e responsável [...]”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem como principal objetivo formular regras de finanças públicas para a responsabilidade da gestão fiscal, com planejamento e transparência como seus pilares. Slomski (2007, p. 133) explica:

A transparência é um elemento da comunicação entre cidadão e gestor público, um contrato social tácito em que, na perspectiva da clássica teoria da agência, o principal (cidadão) delega ao agente (gestor público) uma atividade de seu interesse e monitora sua realização. Entretanto, conflitos surgem nessa relação resultando

numa informação incompleta (assimetria informacional) em razão da existência de três premissas: O agente (gestor público) dispõe de vários comportamentos possíveis de serem adotados; A ação do agente afeta o bem-estar de ambas as partes; As ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal (cidadão), que leva à existência de assimetria informacional.

Outro aspecto crucial é a prestação de contas. Os processos contábeis fornecem uma base para relatórios financeiros periódicos, que são essenciais para demonstrar a responsabilidade dos gestores públicos perante os órgãos de controle, legisladores e o público em geral. A auditoria independente dessas informações ajuda a garantir a sua credibilidade e confiabilidade.

Em resumo, os processos contábeis desempenham um papel fundamental na gestão pública, proporcionando uma estrutura sólida para a gestão financeira responsável, transparência e prestação de contas. Ao garantir a precisão, integridade e conformidade das informações financeiras, a contabilidade governamental contribui para a eficácia e legitimidade das instituições públicas.

### **4.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é um conjunto de normas e procedimentos contábeis que orientam a prática contábil no âmbito da administração pública no Brasil. Ele é elaborado e atualizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de padronizar e harmonizar as práticas contábeis utilizadas pelos entes públicos, incluindo União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A padronização promovida pelo MCASP é crucial para assegurar a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Desde o ano de 2015, o Manual é uma ferramenta de uso obrigatório (Moro *et al.*, 2019), ou seja, a partir da publicação de uma nova edição, informações alteradas ou incluídas no MCASP tornam-se obrigatórias para o exercício contábil seguinte.

Entre os objetivos específicos do MCASP estão a padronização das práticas contábeis, promovendo a uniformidade e a comparabilidade das informações financeiras produzidas pelos entes públicos; a transparência e o controle social, facilitando o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle; a harmonização com as normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público, como as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS);

o apoio à gestão pública, fornecendo diretrizes e subsídios técnicos para a melhoria da tomada de decisões e da eficiência na aplicação dos recursos; e a garantia da qualidade das informações contábeis, assegurando que sejam consistentes, relevantes e fidedignas (OLIVEIRA, 2014).

O MCASP é estruturado em diversos capítulos que cobrem diferentes aspectos da contabilidade pública. Entre esses capítulos estão o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que define a estrutura do plano de contas a ser utilizado por todos os entes públicos, essencial para a padronização das informações contábeis; os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que estabelecem os procedimentos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos, passivos, receitas e despesas patrimoniais; os Procedimentos Contábeis Específicos, que orientam sobre a contabilização de operações específicas do setor público, como transferências voluntárias, convênios e parcerias público-privadas; as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), que definem o conjunto de demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelos entes públicos, incluindo o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais; e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), que integram as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis ao setor público, alinhadas com as IPSAS (BRASIL, 2024).

Os principais usuários do MCASP incluem contadores públicos, gestores públicos, órgãos de controle e auditoria, legisladores e formuladores de políticas públicas, além dos cidadãos e da sociedade civil. Contadores públicos utilizam o manual para orientar a execução dos procedimentos contábeis e a elaboração das demonstrações financeiras; gestores públicos beneficiam-se das diretrizes contábeis para uma administração eficiente e transparente; órgãos de controle e auditoria utilizam o MCASP para avaliar a conformidade das práticas contábeis e a adequação das demonstrações financeiras dos entes públicos; legisladores e formuladores de políticas públicas utilizam as informações padronizadas para análise e tomada de decisões relativas ao orçamento e à gestão pública; e os cidadãos e a sociedade civil utilizam o MCASP para entender e monitorar a aplicação dos recursos públicos, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão pública (BRASIL, 2024).

Em resumo, o MCASP desempenha um papel crucial na promoção da boa governança no setor público brasileiro, assegurando a padronização, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Sua adoção e constante atualização

refletem o compromisso do governo com a melhoria contínua das práticas contábeis e a prestação de contas à sociedade (VIEIRA; BARRETO, 2019).

O MCASP é uma ferramenta essencial para a boa governança no setor público, oferecendo uma base sólida para a prática contábil padronizada, transparente e em conformidade com as melhores práticas internacionais. Ele é fundamental para a gestão eficiente dos recursos públicos e para a prestação de contas à sociedade.

#### **4.4 A Importância do MCASP na Gestão Pública**

Uma das principais contribuições do MCASP para a gestão pública é a padronização dos procedimentos contábeis. Ao estabelecer normas claras e uniformes, o MCASP garante que todos os órgãos e entidades da administração pública sigam os mesmos critérios na elaboração e apresentação das informações financeiras. Isso promove a consistência das demonstrações contábeis e facilita a comparabilidade entre diferentes entidades governamentais (BRASIL, 2023).

A transparência é um princípio fundamental da gestão pública democrática. Abreu Filho (2012) define transparência como o direito público de saber em que são aplicados os recursos públicos. A transparência promove a prestação de contas sobre as ações realizadas em benefício da comunidade. Isso ocorre por meio da disponibilização de condições de acesso a todas as informações referentes ao trabalho do gestor. Através da transparência, é possível garantir que a administração pública opere de maneira aberta e baseada em princípios éticos, sendo capaz de esclarecer dúvidas sobre suas ações quando questionada. Essa facilidade de acesso às informações municipais permite que cidadãos e outros interessados acompanhem e fiscalizem as atividades governamentais (ABREU FILHO, 2012).

O MCASP desempenha um papel crucial ao fornecer diretrizes para a divulgação de informações financeiras acessíveis e compreensíveis ao público. Ao seguir as orientações do MCASP, os governos podem apresentar de forma clara e transparente como os recursos públicos estão sendo arrecadados, geridos e utilizados. Isso fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e promove uma maior prestação de contas por parte dos gestores públicos.

Platt Neto et al. (2007, p. 75) afirmam que, no Brasil, a transparência é considerada um princípio da gestão fiscal responsável, derivado do princípio constitucional da publicidade. Assim, o conceito de transparência vai além da simples

divulgação dos atos praticados. Segundo os autores, envolve também a compreensibilidade das informações disponibilizadas e a utilidade dessas informações para a tomada de decisões.

A gestão eficiente dos recursos públicos é um desafio constante para os governos (VIEIRA; NOBRE, 2024). O MCASP contribui para a melhoria dos processos contábeis e financeiros, fornecendo orientações para a adoção de práticas mais eficazes na administração dos recursos públicos. Ao seguir as diretrizes do MCASP, os gestores públicos podem otimizar a alocação de recursos, identificar áreas de economia e melhorar o planejamento financeiro a longo prazo.

A qualidade das informações contábeis é fundamental para a tomada de decisão nos órgãos governamentais. O MCASP fornece um conjunto de normas e procedimentos que garantem a confiabilidade e relevância das informações financeiras. Com base nessas informações, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas em relação aos investimentos, políticas públicas e alocação de recursos, visando atender às necessidades da população de forma eficiente e sustentável (BRASIL, 2023).

O cumprimento das normas estabelecidas pelo MCASP é essencial para garantir a conformidade legal das entidades governamentais. Além disso, a adesão ao MCASP aumenta a credibilidade das instituições públicas perante os órgãos de controle, investidores e cidadãos. Ao seguir as diretrizes do MCASP, os governos demonstram um compromisso com a transparência, responsabilidade e boa governança, fortalecendo sua legitimidade e confiança pública (SILVA; FÁVERO, 2019).

Nascimento (2008) apresentou alguns parâmetros, desafios e benefícios da implantação do novo modelo contábil no Brasil, destacando como maior benefício, em termos institucionais, a transparência das finanças públicas em todos os seus desdobramentos, evitando assim, práticas de corrupção ou de má gestão dos recursos públicos.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) desempenha um papel fundamental na gestão pública, promovendo a transparência, eficiência e responsabilidade na administração dos recursos públicos. Ao estabelecer padrões contábeis claros e uniformes, o MCASP contribui para a padronização, transparência, eficiência e conformidade legal das entidades governamentais, fortalecendo a governança pública e a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

#### 4.5 Desafios na implementação e atualização do MCASP

A implementação e atualização do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) são processos complexos que enfrentam uma série de desafios. Esses desafios podem surgir devido a questões técnicas, operacionais, políticas e organizacionais.

A implementação eficaz do MCASP requer um entendimento profundo das normas e procedimentos contábeis por parte dos profissionais envolvidos na gestão financeira do setor público. A falta de capacitação e conscientização sobre as diretrizes do MCASP pode dificultar a adoção e aplicação correta das normas contábeis, resultando em inconsistências e erros na prestação de contas (BRAGA; BEZERRA FILHO, 2014).

A atualização e manutenção de sistemas de informação adequados são essenciais para a implementação eficaz do MCASP. Muitos órgãos e entidades governamentais enfrentam desafios relacionados à infraestrutura tecnológica obsoleta, falta de integração de sistemas e limitações de recursos para investir em tecnologia. Isso pode dificultar a adoção de práticas contábeis modernas e a geração de relatórios financeiros precisos e oportunos (BRASIL, 2023).

A implementação do MCASP muitas vezes requer uma mudança cultural e organizacional significativa nas entidades governamentais. Isso pode envolver a revisão de processos internos, a adoção de novas práticas de gestão financeira e a promoção de uma cultura de transparência e prestação de contas. A resistência à mudança por parte dos funcionários e gestores pode ser um obstáculo importante na implementação do MCASP (BRASIL, 2023).

O ambiente regulatório e as práticas contábeis estão em constante evolução. Portanto, manter o MCASP atualizado e relevante é um desafio contínuo. A revisão periódica do manual para incorporar novas normas contábeis, legislação e melhores práticas é essencial para garantir sua eficácia e adequação às necessidades em constante mudança do setor público (BRASIL, 2023).

A implementação e atualização do MCASP exigem recursos financeiros e humanos adequados. Muitas vezes, as entidades governamentais enfrentam restrições orçamentárias e falta de pessoal qualificado para conduzir adequadamente essas atividades. A falta de investimento em capacitação, tecnologia e infraestrutura pode comprometer a qualidade e eficácia da implementação do MCASP (BRASIL,

2023).

O MCASP tem sido reeditado anualmente, incorporando aprimoramentos resultantes das discussões no âmbito do Grupo Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (GTCON), bem como das sugestões e colaborações de diversos técnicos e instituições de todo o país (ROSA, 2014).

A implementação e atualização do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) são processos desafiadores que requerem um esforço conjunto das partes interessadas, incluindo órgãos governamentais, profissionais contábeis, instituições de ensino e sociedade civil. Superar os desafios associados à implementação e atualização do MCASP é essencial para promover a transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

#### **4.6 Estudos de casos**

O MCASP tem sido amplamente aplicado em diversos órgãos e entidades públicas no Brasil, gerando impactos positivos significativos na gestão contábil e na transparência financeira. A seguir, são apresentados alguns estudos de casos que exemplificam o sucesso dessa aplicação.

A Fundação Theatro Municipal de São Paulo, ao adotar o MCASP para a apresentação dos resultados financeiros de 2020, demonstrou um avanço significativo na transparência e na qualidade de suas informações contábeis. A utilização do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público contribuiu para a padronização dos processos contábeis e para a melhoria da consistência e precisão das demonstrações financeiras. Essa prática permitiu uma visão mais clara e detalhada das finanças da fundação, facilitando a fiscalização e o acompanhamento dos recursos públicos, além de alinhar a contabilidade da instituição às melhores práticas de contabilidade pública (SANTOS, 2021).

O Governo do Estado de Pernambuco, adotou o MCASP para padronizar suas práticas contábeis e assegurar a consistência das informações financeiras. Com a implementação do manual, o Estado conseguiu melhorar significativamente a qualidade de suas demonstrações contábeis, alinhando-se às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Isso resultou em maior clareza e precisão nos relatórios financeiros, facilitando o acompanhamento e a fiscalização pela população e pelos órgãos de controle (MARTINS, 2021).

Os impactos positivos desses exemplos são claros: a aplicação do MCASP tem promovido uma gestão contábil mais eficiente, com maior transparência financeira e confiança da sociedade. Ao padronizar as práticas contábeis, o manual facilita o controle social, aprimora a governança pública e assegura que os recursos públicos sejam geridos de maneira responsável e eficaz.

Esses estudos de caso evidenciam que o MCASP não é apenas um conjunto de normas, mas uma ferramenta estratégica fundamental para a modernização e a profissionalização da contabilidade pública no Brasil. A sua adoção, acompanhada de capacitação contínua e adaptações às especificidades locais, tem o potencial de transformar significativamente a gestão financeira do setor público, beneficiando tanto os gestores quanto a sociedade em geral.

## 5 MATERIAL E MÉTODO

O estudo será conduzido utilizando uma abordagem de pesquisa descritiva bibliográfica. A pesquisa científica será elaborada por meio de uma revisão bibliográfica, analisando literatura disponível em livros, artigos, doutrinas, impressos ou acessíveis por meios eletrônicos.

Segundo Cervo e Bervian (1996), as pesquisas bibliográficas se caracterizam pelo estudo de materiais já elaborados.

De acordo com Malhotra (2001, p. 108), a pesquisa descritiva “*é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo a descrição de algo*”, um evento, um fenômeno ou um fato.

Vergara (2000) define que a pesquisa descritiva revela as características de uma população ou fenômeno específico, estabelece correlações entre variáveis e identifica sua natureza. Para o autor, tais estudos não têm a obrigação de explicar os fenômenos que descrevem, embora possam servir como fundamentação para tais explicações.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é realizada utilizando material previamente elaborado, incluindo principalmente livros e artigos científicos.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua

finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]"

Conforme Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é conduzida com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, sendo fundamental para obter informações básicas sobre os aspectos relacionados diretamente ou indiretamente ao tema em questão. Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é oferecer ao pesquisador um conjunto de ferramentas analíticas aplicáveis a qualquer outro tipo de pesquisa, embora também possa constituir-se como um fim em si mesma.

A seleção da bibliografia e o fichamento dos livros escolhidos foram realizados nos meses de Fevereiro e Março. O processo de redação do artigo terá início a partir do mês de Abril.

Os resultados obtidos serão apresentados em forma de artigo científico, embasados na revisão bibliográfica realizada.

Um artigo científico é um documento escrito que descreve os resultados de uma pesquisa original realizada por cientistas, acadêmicos ou pesquisadores em uma determinada área do conhecimento.

Os artigos científicos são importantes para a comunicação e disseminação do conhecimento científico, permitindo que outros pesquisadores construam sobre os resultados apresentados e avancem no entendimento de uma determinada área.

## 6 CONCLUSÃO

A análise dos processos contábeis na gestão pública, com foco na aplicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), revela a importância vital da padronização e da qualidade das informações contábeis para o fortalecimento da governança e da transparência na administração dos recursos públicos.

O MCASP se revela essencial para a gestão pública eficaz ao garantir a uniformidade e a clareza nas práticas contábeis, promovendo uma base sólida para a tomada de decisões financeiras e orçamentárias. Sua implementação robusta reforça a confiança dos cidadãos na administração pública, ao assegurar que os recursos são geridos de maneira transparente e responsável. Além disso, o MCASP desempenha um papel crucial na viabilização de auditorias externas e internas, que são fundamentais para o controle e a accountability no setor público.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que a contabilidade pública, quando orientada por normas claras e consistentes, como as estabelecidas pelo MCASP, proporciona uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas pelos gestores públicos. As informações contábeis padronizadas e confiáveis permitem uma melhor avaliação da situação financeira e patrimonial das entidades governamentais, identificando áreas de risco e oportunidades para otimização dos recursos públicos.

Além disso, a adoção do MCASP contribui para a convergência das práticas contábeis nacionais com os padrões internacionais, facilitando a comparabilidade das informações financeiras entre diferentes entidades e países. Isso fortalece a confiança nas instituições públicas e melhora a percepção de transparência e eficiência por parte dos cidadãos.

Em síntese, a aplicação correta e constante atualização do MCASP são fundamentais para assegurar que a gestão dos recursos públicos seja conduzida de maneira eficiente, transparente e responsável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e garantindo o bem-estar da sociedade. Assim, a contabilidade pública, alicerçada por instrumentos como o MCASP, continua a ser uma peça-chave para o fortalecimento da governança e da democracia no Brasil.

Contudo, o aprimoramento contínuo do MCASP e da contabilidade pública em geral exige a realização de pesquisas que explorem novos desafios e inovações tecnológicas. Investigações futuras devem focar na capacitação dos profissionais, na análise crítica das normas internacionais e na adaptação do manual às particularidades regionais e às mudanças econômicas. Dessa forma, será possível assegurar que a contabilidade pública continue a evoluir como uma ferramenta vital para a gestão responsável e transparente dos recursos públicos, atendendo às expectativas da sociedade e fortalecendo a governança pública.

## 7 REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Hélio. **Transparência na gestão pública**. 2012. Disponível em: <[www.helioabreu.com.br](http://www.helioabreu.com.br)>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

AGUILAR, Kamilla de Souza. **O papel do contabilista na gestão pública e seus desafios no cumprimento da lei de responsabilidade fiscal**. 2019. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26969/1/2019\\_KamillaDeSouzaAguilar\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26969/1/2019_KamillaDeSouzaAguilar_tcc.pdf)>. Acesso em: 23 Mar. 2024.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. 2 ed rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2009.

BRAGA, Ivaneide Almeida; BEZERRA FILHO, Joao Eudes. **CONVERGÊNCIA ÀS NBCASP E AO MCASP: UM ESTUDO SOBRE OS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS EM 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.anpcont.org.br/pdf/2016/CPT73.pdf>>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 Abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964**. 1964. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 23 Mar. 2024.

BRASIL, SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada** ao Setor Público. 2023. 10ª edição. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48458](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458)> Acesso em: 03 Mar. 2024.

CARNEIRO, R., MENICUCCI, TMG. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030** - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. p. 135-194.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

FERREIRA, Márcio Reinaldo de Lucena, GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Gestão de Pessoas no Setor Público**: um estudo dos níveis de conflito a partir da visão interacionista. ENAPG. Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador, 12-14, Nov, 2008.

GIL, Robledo Lima. **Tipos de pesquisa**. 2008. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

GRAU, N. C. et al. **Gestão pública e participação**: cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. 20. ed. Salvador: FLEM, 2005.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Giceli Elísio de Barros. **Introdução ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Poder Executivo Estadual. Recife, 2021. Disponível em: <[https://www.egape.pe.gov.br/images/media/1665420028\\_Apostila%20Introducao%20Manual%20Contabilidade.pdf](https://www.egape.pe.gov.br/images/media/1665420028_Apostila%20Introducao%20Manual%20Contabilidade.pdf)>. Acesso em: 21 Ago. 2024.

MARTINS JÚNIOR, W. P. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MODESTO, P. **Notas para um debate sobre o princípio da eficiência**. Revista Interesse Público, Salvador, n. 2, 2001.

MOLTER, Lorena. **Contabilidade pública: um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/contabilidade-publica-um-caminho-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 03 Mar. 2024.

MORO, G. Z., Porteira, M. H. S., & Cavazzana, A. (2019). **Percepção Da Implantação Do Manual De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público ( McasP ) Pelos Integrantes Da Secretaria Municipal De Administração E Fazenda De Um Município Do Interior**. Perception of Implementation of the Accounting Manual Applied To the P. Revista Empreenda UNITOLEDO, 3(1), 55–71.

NASCIMENTO, L. S. **A Contabilidade Patrimonial Integral no Setor Público: os parâmetros, desafios e benefícios de sua implementação no Brasil**. 2008. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XIIIpremio/sistemas/3tosiXIIIPTN/CNTABILIDADE\\_PATRIMONIAL\\_INTEGRAL\\_SETOR.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIpremio/sistemas/3tosiXIIIPTN/CNTABILIDADE_PATRIMONIAL_INTEGRAL_SETOR.pdf)>. Acesso em: 11 Jun. 2024.

NEVES, Gabriel M. **Aplicação dos limites da lei de responsabilidade fiscal no município de Angra dos Reis**. 2019. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14856/1/GMNeves.pdf>>. Acesso em: 03 Mar. 2024.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César A. Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Wando. **Adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) no sistema “S”: a percepção dos profissionais do setor**. 2014. Disponível em: <[tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/552/1/Wando\\_de\\_Oliveira.pdf](tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/552/1/Wando_de_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

PLATT NETO, Orion. et al. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v.18, nº 1, p.75-94, jan.-mar. 2007.

ROSA, Alexandre. **A IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. 2014. Disponível em:

<[https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1601405541\\_20170929173603a\\_implementacao\\_das\\_nbcasp\\_no\\_estado\\_do\\_rs.pdf](https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/upload/1601405541_20170929173603a_implementacao_das_nbcasp_no_estado_do_rs.pdf)>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

SANTOS, C. S. **Introdução à gestão pública**. Porto Alegre: Saraiva, 2006.

SANTOS, Maria Emilia Nascimento. **Apresentação dos Resultados Financeiros de 2020 - Fundação Theatro Municipal de São Paulo**. 2020. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Relatório%20Financeiro%20Anual%20-%20FTMSP%20-%202020.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2024.

SETEC. **Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira**. 2022. Disponível em:

<[https://aberto.ava.ifrn.edu.br/pluginfile.php/6140/mod\\_label/intro/Contabilidade%20Pública.pdf](https://aberto.ava.ifrn.edu.br/pluginfile.php/6140/mod_label/intro/Contabilidade%20Pública.pdf)>. Acesso em 01 Mar. 2024.

SILVA, Danilo Rodrigues; FÁVERO, Eduardo. **Adoção das demonstrações aplicadas ao setor público e dos procedimentos contábeis patrimoniais**: Um estudo sobre o Distrito Federal, estados e respectivas capitais. Coletânea de Pós-Graduação, v.1 n.3 / Auditoria Financeira. Brasília, 2019.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial de combate a fraude e corrupção**. 2018. Disponível em: <[https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/integridade/coordenacao-geral-de-integridade/legislacao-basica/Referencial\\_combate\\_fraude\\_corrupcao\\_2\\_edicao.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/integridade/coordenacao-geral-de-integridade/legislacao-basica/Referencial_combate_fraude_corrupcao_2_edicao.pdf)>.

>. Acesso em: 12 Mai. 2024.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade**. 2019. Disponível em:

<[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5\\_Livro\\_Governança%20Gestão%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governança%20Gestão%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf)>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

VIEIRA, Nayara Horrana Pedra; NOBRE, Chimene Kuhn. **EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. 2024. Disponível em:

<<https://revistaft.com.br/eficiencia-na-administracao-publica/>>. Acesso em: 09 Jun. 2024.